

A ATUAÇÃO COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Bruna Lana Prado Velozo Barroso
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.
E-mail: brunaloliveira@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir atuação da Companhia de Jesus no Período Colonial no decorrer dos séculos XVI- XVII discorrendo sobre a intrínseca relação entre a sua proposta educacional e o projeto colonial português. Os questionamentos norteadores para a escrita desse trabalho foram: Por que os Jesuítas se preocuparam com a alfabetização dos povos da colônia se nem mesmo em Portugal (metrópole) o povo era totalmente alfabetizado? E por quais motivos a Companhia de Jesus se tornou a ordem religiosa mais importante na educação formal da América Portuguesa? Busca-se entender os jesuítas como sujeitos históricos da Era Moderna, marcada por novos acontecimentos, tais como, conquista de novas terras, expansão marítima europeia, Reforma e Contrarreforma religiosas. E que a partir da formulação de uma política educacional (missões e colégios) contribuiu para a concretização da colonização da América Portuguesa. A partir das missões e da institucionalização dos colégios (que visavam a dar uma formação básica para a população, fazendo com que a cultura europeia cristã marcasse presença nas terras tropicais) combateram o protestantismo; difundiram a cultura cristã europeia e conquistaram novos fiéis e súditos para o rei contribuindo para o êxito da colonização da luso-americana. O trabalho destaca também as ações dos inicianos em todos os espaços do território colonial seja no campo econômico, pacificando e adestrando a mão-de-obra indígena e africana; as diversas instâncias da vida cultural, veiculando ideologias literárias, imagéticas e religiosas; e, finalmente, o terreno prático, exercendo o apostolado missionário, a educação formal e o seminário religioso, pregado nos púlpitos das igrejas. Dessa forma, os inicianos cumpriram com o acordo anteriormente firmados entre a Igreja católica e o Estado português. E por 210 anos os inicianos monopolizaram a educação no Brasil, sendo expulsos somente no ano de 1759, pelo então ministro português Marquês de Pombal que pretendia colocar a escola a serviço do Estado e não mais da fé.

Palavras-Chave: Educação no Brasil Colônia. Companhia de Jesus. Colonização da América Portuguesa.

INTRODUÇÃO

O projeto colonial da América Portuguesa estava inserido no contexto do século XVI, marcado por novos acontecimentos, tais como, conquista de novas terras, expansão marítima europeia, Reforma e Contrarreforma religiosas. Dessa forma, a Companhia de Jesus torna-se um dos instrumentos para preservar a ordem estabelecida nas terras recém-conquistadas e, principalmente, para justificar ideologicamente o processo de expansão marítima-comercial-religiosa no novo mundo. A educação jesuítica assume o papel central na colonização do território brasileiro, uma vez que legitima a dominação pelo viés da evangelização/educação.

Com afirma Boris Fausto,

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Uma estava ligada à outra, sendo o catolicismo reconhecido como religião do Estado. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos como mão-de-obra e estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade ou por ambas as coisas (2014, p.29).

Ainda de acordo com o autor, o papel da Igreja tornava-se relevante, pois tinha em suas mãos a educação das pessoas, o “controle das almas”, instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e mais restritamente de obediência ao poder do Estado (*Ibid.*, p.29).

A Igreja Católica, na colônia, passou a ser representada pelas diversas ordens religiosas, como franciscanos e beneditinos, das quais se destacara a Companhia de Jesus, que exerceu um papel eminentemente colonizador no Brasil, e para tanto, passou a receber subsídios do Estado português (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 383).

A missão e a educação foram as atividades desenvolvidas pela Companhia que a diferencia significativamente das outras ordens.

De início, é preciso considerar que as duas grandes atividades às quais os Jesuítas deveram sua fama, a missão e a educação, não constavam dos primeiros objetivos da Companhia. A Ordem religiosa que nasceu sob o signo da Reforma Católica tornou-se missionária e educadora em resposta a desafios que lhe foram impostos pelos mandatários de estados católicos. Foi em terras lusitanas, ou de domínio da Coroa portuguesa, que os Jesuítas principiaram a desenvolver aqueles trabalhos (TALDIVO, 2014, p.10).

No Brasil, por exemplo, o primeiro grupo chegou em 1549 na comitiva de Tomé de Souza, primeiro governador-geral. Eles vieram com a missão conferida do rei de converter os gentios: “Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica”, de modo que os gentios “possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (DOM JOÃO III, 1992, p. 145-148). Dada à oficialidade, os Jesuítas passaram a ser reconhecidos como “missionários da Coroa”, sendo assim, apoiados e financiados pelo rei de Portugal. Rapidamente espalharam-se pelo território nacional, criando os aldeamentos e colégios, no intuito de combater o protestantismo, angariar novos fiéis e difundir a cultura cristã europeia.

Casimiro, afirma:

Os Jesuítas palmilharam todos os espaços do território colonial: o campo econômico, pacificando e adestrando a mão-de-obra indígena e negra; a seara política, exercendo forte influência junto à Coroa Portuguesa e participando das mais importantes decisões políticas e religiosas da época; as diversas instâncias da vida cultural, veiculando ideologias literárias, imagéticas e religiosas; e, finalmente, o terreno prático, exercendo o apostolado missionário, a educação formal e o seminário religioso, pregado nos púlpitos das igrejas (CASIMIRO, 2009, p.89-90).

No Brasil, antes da chegada dos religiosos havia uma educação não institucionalizada baseada em três elementos básicos, segundo Dermeval Saviani, eram eles:

A força da tradição, constituída por um saber puro orientador das ações e decisões dos homens; a força da ação, que configurava a educação como um verdadeiro aprender fazendo e a força do exemplo, pelo qual o indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares, expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição tribal (2013, p.39).

É importante frisar que o conceito de educação aplicado neste trabalho diz respeito a um sistema de ensino institucionalizado e conseqüentemente à existência de uma linguagem escrita e não a um processo de trocas de saberes, oriundos de uma tradição entre indivíduos de uma determinada cultura. Nesse sentido, o objetivo é mostrar a atuação educacional dos Jesuítas no Brasil colonial. Deve-se levar em consideração que

os índios tinham métodos próprios de ensinar e aprender e que, portanto, os Jesuítas não foram os primeiros a transmitir conhecimentos, mas foram os pioneiros em institucionalizar uma educação formal na América portuguesa.

Como podemos ver na passagem a seguir:

A educação ministrada pelos Jesuítas marcou o início da História da Educação no Brasil. No decorrer de sua atuação, os Jesuítas foram responsáveis pela sistematização e organização educacional, estabelecendo colégios que visavam a dar uma formação básica para a população, fazendo com que a cultura europeia cristã marcasse presença nas terras tropicais. A conquista espiritual implicou a imposição de uma educação religiosa, sendo as escolas de ler e escrever o primeiro meio para a divulgação. O estabelecimento de colégios destinados aos filhos de colonos brancos foi a etapa seguinte, a ser consolidada. Os colégios permitiam que os filhos da elite colonial conseguissem realizar seus estudos para, em seguida, aqueles que possuíam recursos, complementarem a sua formação em Portugal ou na Europa (ASSUNÇÃO, 2007, p.82).

Mary Del Priore afirma que:

Os Jesuítas ajudaram a fazer a passagem entre a escola da Idade Média e o colégio dos tempos modernos. Substituíram a instrução técnica dirigida indiscriminadamente a jovens e velhos por uma formação social e moral, rigidamente hierarquizada, dada em classes separadas por sexo e idade. Foram eles também os primeiros educadores a dar atenção para a especificidade da infância, preocupando-se com o conhecimento da psicologia infantil e o desenvolvimento de um método de ensino compatível com essa psicologia. (1997, p.59)

Mas, antes de aprofundar sobre a temática educação jesuítica na América portuguesa torna-se pertinente fazer a seguinte indagação: Por que os Jesuítas se preocuparam com a alfabetização dos povos da colônia se nem mesmo em Portugal (metrópole) o povo era totalmente alfabetizado? De acordo com Paiva (2001, p.43), as letras significavam “adesão plena à cultura portuguesa”, ou seja, a partir da educação iam sendo inseridos os costumes e os valores cristãos europeus aos povos recém-conquistados, tornando possível a dominação portuguesa. Além disso, ainda segundo o autor, “pelas letras se confirma a organização da sociedade”. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras; a uns, mais; a outros, menos (*Ibid.*, p. 44), como será visto mais à frente.

E por quais motivos a Companhia de Jesus se tornou a ordem religiosa mais importante na educação formal da América Portuguesa?

O primeiro fator é que, diferentemente das outras ordens, os Jesuítas vieram para o Brasil em consequência de uma determinação do Rei de Portugal, dessa forma, foram apoiados e financiados tanto pela Coroa quanto pelas autoridades da colônia (SAVIANI, 2013, p. 41).

A Coroa criou um imposto denominado redízima¹ destinado à manutenção dos colégios jesuítos. E ainda fez doações de sesmarias (extensões de terras), que possibilitaram a Companhia de Jesus acumular um grande patrimônio de bens econômicos como terras, escravos, engenhos e gado. Desse modo, os missionários-fazendeiros passaram, ao mesmo tempo, a cuidar da vida espiritual da população colonial e a administrar os negócios temporais que financiavam as suas atividades catequético-educativas (BITTAR, 2005, p.5889).

Ao passo que as outras congregações religiosas operavam de forma dispersa, intermitente, sem apoio ou proteção oficial, dispendo de poucos recursos humanos e materiais e contando apenas com o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais (SAVIANI, 2013, p.41).

O próprio espírito de peregrinação da ordem inaciana tornou-se um dos motivos para a sua expansão. Conforme sinalizado no Dicionário do Brasil Colonial de Ronaldo Vainfas:

Os jesuítas foram, a princípio, movidos pelo espírito de cruzada medieval, com o qual pretendiam partir para a Terra Santa a fim de converter os infiéis. Contudo, a formação letrada de que estavam dotados, baseada no estudo dos clássicos da Antiguidade, logo abriu outros horizontes. Regidos por uma originalíssima administração colegiada, ao longo da segunda metade do século XVI, desenvolveram estratégia própria para difundir a fé através do uso do conhecimento, embora sempre experimentada e corrigida pelos resultados obtidos na prática (VAINFAS,2001, p.326).

Enquanto as outras denominações religiosas tinham como características a clausura, a oração, a contemplação, o jejum e a sublimação da vida. A Companhia de Jesus nasce mais próxima ao mundo secular, pois os Jesuítas estavam abertos a conhecer outras experiências. Talvez por esse espírito de peregrinação o Rei de Portugal os tenha

¹ Em 1564 a Coroa portuguesa adotou o plano da redizima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuítos (SAVIANI, 2013, p.49).

escolhido para cristianizar a gente das novas terras (SILVA; BITTAR; HAYASHI, 2007, p.132).

Inácio havia imaginado uma Companhia que não teria outro lugar que não o mundo, uma Companhia essencialmente itinerante, que nada possuiria de próprio. Contudo, uma demanda social muito forte orientou rapidamente a jovem Companhia para as tarefas de ensino, o que acarretou sua fixação em alguns lugares onde foram criados colégios que a Companhia tomou a seu encargo. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 51-52)

Por isso, a Companhia de Jesus conquistou mais segmentos do espaço colonial do que as demais ordens e, com uma organização escolar mais eficaz, pode liderar o movimento missionário, principalmente nas regiões de litorâneas e fundar colégios por todo o Brasil atuando por duzentos e dez anos, até a sua expulsão em 1759. Estavam os padres da Companhia de Jesus em toda a parte; moviam-se de um extremo ao outro do vasto território colonial; estabeleciam permanente contato entre os focos esporádicos de colonização, através da “língua-geral”, entre os vários grupos de aborígenes (FREYRE, 2017, p.90).

Os inacianos tinham facilidade não só de se adaptarem às novas realidades locais, como também de ajustarem suas atividades missionárias às novas exigências. Em alguns momentos, a realidade lhes impôs fazerem concessões e adequações para conseguir converter ou manter os gentios convertidos. Muitas vezes, tiveram que conhecer a vida, a religião e a cultura do diferente para, assim, desenvolverem meios adequados de cumprir com o objetivo final de sua ação que era levar a verdadeira religião àqueles que a desconheciam. Assim, o uso de costumes indígenas se incorporou nas estratégias dos Jesuítas no Brasil, por exemplo.

Pode-se apontar também o fato de eles já terem adquirido experiências educacionais anteriores, ou seja, já estavam acostumados com a realidade de possuírem colégios e sabiam do aparato que se requeria para a posse das instituições (WREGGE, 1993, p. 64) e os meios de consegui-los.

As experiências com colégios tiveram início entre os Jesuítas nas décadas de 40-50, os pioneiros foram o Colégio de Goa (1543), “o Colégio de Messina (1548) e Palermo (1549) e, em 1551, o Colégio Romano, que se tornou referência para toda a Ordem (SAVIANI, 2013, p.50). As primeiras experiências impulsionaram esta atividade na

Companhia, fazendo com que, a partir dali muitos colégios fossem fundados. A princípio somente de formação para seus futuros padres e, depois, para alunos externos.

Ao chegarem ao Brasil, em 1549, os inacianos sob o comando do padre Manuel de Nóbrega, foram abrindo as primeiras “casas de ensino” junto às suas residências e aldeamentos também conhecidos como “escolas de ler e escrever, de contar e doutrinar” ou “casas de bê-á-bá” ou ainda “Confrarias do Menino Jesus”. Assim, foram aos poucos se infiltrando nas aldeias e levando os fundamentos de uma educação religiosa que foi se ampliando progressivamente pelo litoral.

Na fase inicial das missões jesuíticas,

os padres iam em um pequeno número visitar aldeia por aldeia, com ou sem apoio militar. Tempos depois, os Jesuítas passaram à prática de agrupar os índios nas proximidades dos núcleos de povoamento portugueses, assentados em aldeamentos construídos especialmente para recebê-los. Essa política de aldeamentos, proposta por Nóbrega, facilitava de certa forma, o trabalho dos missionários, trazendo os autóctones para o interior do território cristão e produzindo uma reserva de mão-de-obra expressiva e cobiçada pelos colonos, também proporcionou aos índios novas possibilidades de sobrevivência e adaptação a uma realidade que se modificara radicalmente, com resultados trágicos para os mesmos, infelizmente (BRUST, 2007, p.4).

Nas falas da autora Beatriz Vaconcelos Franzen,

No aldeamento, o índio é catequizado, e civilizado, isto é, impõe-se-lhe o trabalho sistemático, o treinamento para atividades militares, enfim, o modelo de viver europeu. É necessário que ele esteja preparado para atender às necessidades do Estado, tais como trabalhar nas Aldeias do Rei, nas salinas e quando preciso defender a cidade (ataques de piratas ou de índios rebeldes), e também deve atender às necessidades do colono (2005, p. 38).

Os primeiros aldeamentos foram criados com o objetivo de ter nativos como força militar para a defesa do território contra a invasão estrangeira. Mas logo se tornaram espaços fornecedor de mão de obra para o empreendimento colonial. A violência desse processo proporcionou a destruição de vários grupos indígenas. Por outro lado, a condição de aldeados possibilitou à transformação processual e permanente da natureza indígena como forma de integrá-los à colonização. E também funcionou como espaços de reconstruções de histórias e identidades que acabou por entrelaçar crenças, práticas,

costumes diversos. Não só entre as diferentes tribos indígenas; como também entre os nativos e os colonizadores.

A historiadora Mary Del Priore afirma

que as primeiras escolas fundadas no Brasil foram as chamadas Confrarias (casas) do Menino Jesus, que constituíram também o embrião dos primeiros seminários coloniais. O padre Nóbrega abriu esse caminho ao fundar em São Vicente, em 1554, o primeiro colégio de catecúmenos que houve no Brasil. Ali juntou um grande número de meninos órfãos e abandonados, enviados de Lisboa para cá com crianças índias a serem catequizadas (1997, p.59).

Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo à fé católica (SAVIANI, 2013, p.43). Duas eram as finalidades desses internatos: a preservação moral dos jovens e a preparação de candidatos à vida religiosa e sacerdotal (DEL PRIORE, 1997, p.59). O processo civilizador dos jesuítas consistiu principalmente nesta inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande (FREYRE, 2017, p. 218).

Os padres da Companhia de Jesus serviram-se do *curumim*, ou seja, filho de índio, também chamados de *curumim*², para recolher de sua boca o material com que formou a língua tupi-guarani – instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas: a do invasor e a da raça conquistada. Não somente de intercomunicação moral como comercial e material. Língua que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil (FREYRE, 2017, p.219). Sendo assim, nas primeiras escolas missionárias a língua nativa era ensinada junto com a, portuguesa e latina. Pode-se afirmar, portanto, que a língua, ensinada nos colégios, não era uma língua original dos indígenas, mas uma construção “ocidental”, a partir de uma das inúmeras línguas faladas pelos habitantes locais (MENDONÇA, 2010, p. 32).

A música, a dança, o teatro e o canto, inicialmente, não faziam parte das estratégias missionárias da Companhia de Jesus, sendo ensinados como algo secundário, apenas como elementos de aproximação entre as culturas diversas. Porém, ao longo dos

²²De acordo com o vocabulário indígena da Província do Ceará (1887), *curumim* significa menino, mas não todo menino, e sim o menino de sete até quinze anos.

séculos, os inicianos começaram a perceber a inclinação dos aborígenes para essas atividades e logo se aproveitaram desses instrumentos para atraí-los e também ensinar-lhes os dogmas cristãos. Além de um meio de comunicação e de um mecanismo para moldar os nativos à nova cultura, tornaram-se também instrumentos para aproximar os índios do Cristianismo e da escola de ler e escrever.

Assim, as casas de bê-á-bá se transformaram, juntamente com as igrejas, nas primeiras instituições do Brasil colonial que difundiram de forma efetiva os valores da denominada “civilização ocidental cristã”. Para atingir tal objetivo, os padres Jesuítas utilizaram uma pedagogia fundamentada nos seguintes elementos: bilinguismo (preferencialmente português e tupi); catecismo com os principais dogmas cristãos; desmoralização dos mitos indígenas; e atividades lúdicas (música e teatro). O uso sistemático dessa pedagogia jesuítica no âmbito das casas de bê-á-bá pode ser considerado como a primeira grande ação ideológica de afirmação dos valores europeus quinhentistas no Brasil Colonial (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2005, p.5887).

As casas de bê-á-bá tinham como premissa preparar, na realidade da colônia, os futuros missionários de Cristo, já que a Companhia tinha um número reduzido de membros e diversas tarefas para executar (catequizar, ensinar, organizar a vida material, etc) não só nas terras recém-descobertas como também em outras possessões portuguesas fora da América. Nesse caso, como bem ressalta o autor Franca (1952, p. 32): era preciso preparar o terreno para que a Colônia se bastasse a si própria, e em si mesma se formasse os futuros missionários e apóstolos.

As escolas de ler e escrever aceitavam mestiços, mamelucos, entre outros, porém, manter uma criança em uma escola colonial não era barato, apesar de a instrução ser gratuita, exigia-se do aluno material escolar, vestimentas, comida. Outro agravante era a distância. As escolas ficavam geralmente longe das fazendas e propriedades coloniais, dificultando o ingresso e presença daqueles que, mesmo providos de poucos recursos, aventuravam-se a estudar. O cansaço físico dos discentes, decorrentes do trabalho pesado nas lavouras nos engenhos, também era um empecilho para a continuidade dos estudos nesses estabelecimentos. Apesar de ser admitido nas escolas, esse grupo não era aceito nos cursos de nível superior das Universidades de Portugal. Isso acontecia porque os moços pardos e mestiços eram conhecidos pela sua falta de persistência nos estudos e maus comportamentos.

Ferreira Júnior e Bittar escrevem que para tornar viável as bases materiais de sustentação da missão evangelizadora, os inacianos foram abastecendo

as casas de bê-á-bá de terras, gado e escravos, principalmente por meio de doações régias; e, do outro, as Constituições da Ordem, promulgadas a partir de 1552, proibiam que os padres da Companhia amealhassem propriedades e se imiscuissem no mundo dos negócios seculares. A única exceção era feita aos colégios, tal como ficou estipulado no Capítulo II da Quarta Parte das referidas Constituições. Assim, a saída encontrada para manter os bens temporais que a Companhia já havia adquirido foi a transformação gradual das casas de bê-á-bá em colégios (2005, p.5881).

Além disso, fatores como a não receptividade de alguns índios à chegada dos religiosos, as dificuldades iniciais da colonização, tais como as longas distâncias, a carência de recursos humanos e econômicos, o ambiente hostil, além do comportamento irregular de alguns órfãos fizeram com que os inacianos fossem abandonando as primeiras escolas e comesçassem a direcionar a sua educação à elite e aos futuros membros da ordem, dando início à segunda fase da educação jesuítica (1599-1759), marcada pela organização do ensino através do *RatioStudiorum*.

De acordo com Saviani,

o plano contido na *Ratio* era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os Jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou se destinando aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com o que os colégios Jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial. Por isso, os estágios iniciais previstos no plano de Nóbrega foram suprimidos. O novo plano começava com o curso de Humanidades e prosseguia com os cursos de Filosofia e Teologia, seguidos de viagem de estudos à Europa. Na prática, porém, os cursos de Filosofia e Teologia eram limitados à formação dos padres catequistas. Portanto, o que de fato se organizou no Brasil foi o curso de Humanidade, que tinha duração de seis anos e cujo conteúdo era de Gramática (quatro séries), com o objetivo de assegurar a expressão clara e precisa; a Dialética (uma série), destinada a assegurar a expressão rica e elegante; e Retórica (uma série), com que se buscava garantir uma expressão poderosa e convincente (2011, p.126-127).

A elite recebia uma educação formal e diversificada, que os preparava para assumirem cargos administrativos e de governo ou para o exercício do sacerdócio. Essa educação era ministrada nos colégios, nos seminários e na Universidade de Coimbra onde aprendia as ciências humanas, as letras e as ciências teológicas. Foi também na camada

dominante que se recrutaram os homens que iriam engrossar as fileiras dos sacerdotes da Ordem.

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro defende que

Outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar. Para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes se ensinavam, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos (2002, p.87).

Ainda de acordo com a autora,

Ao lado do ensino formal, instituído pela Igreja e/ou pelo Estado, a Colônia comportava um número significativo de pessoas que não se enquadravam em nenhuma das categorias acima descritas, ou seja, indivíduos que eram “desclassificados”. Faziam parte de uma realidade composta de filhos de escravos domésticos, órfãos, crianças abandonadas, filhos ilegítimos (inclusive filhos de padres), mestiços, negros alforriados etc., para os quais havia formas de educação distantes do padrão vigente. Muitas dessas pessoas conseguiram trabalho como aprendizes de oficiais mecânicos instalados e no comércio e, no caso das mulheres, muitas aprendiam ofícios domésticos e engrossavam os exércitos de doceiras, lavadeiras e quitandeiras que perambulavam pelas cidades da Colônia (*Ibid.*, p.88).

No entanto, é impossível, como afirma Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar imaginar:

O projeto colonizador metropolitano sem o concurso da ação missionária dos padres da Companhia de Jesus. O modelo econômico lusitano assentado no latifúndio, na mão-de-obra escrava e na monocultura da cana-de-açúcar, com a produção final voltada para o mercado externo, não teria logrado êxito sem o apoio decisivo dos religiosos inacianos. A catequese foi um elemento decisivo no processo de neutralização da resistência das sociedades indígenas e, por conseguinte, de facilitação da penetração dos interesses econômicos da Coroa Portuguesa. Foi nesse contexto de conflitos societários opostos que a Companhia de Jesus ganhou todo o apoio financeiro necessário para edificar tanto as casas de bê-á-bá quanto os colégios. Essas duas instituições da superestrutura ideológica colonial se constituíram em focos irradiadores dos valores da chamada sociedade ocidental cristã (2005, p.5892).

Levando-se em conta as dificuldades, os objetivos, as dimensões geográficas do Brasil do período colonial, as estruturas materiais, físicas e financeiras disponíveis e sua

relativa autonomia, os números da obra jesuítica impressionam pela grandeza. Foram fundadas:

36 missões; escolas de ler e escrever em quase todas as povoações e aldeias; 25 residências dos Jesuítas; 18 estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários, nos principais pontos do Brasil, entre eles: Bahia, São Vicente, Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luís, Ilhéus, Recife, Santos, Porto Seguro, Paranaguá, Alcântara, Vigia, Pará, Colônia do Sacramento, Florianópolis e Paraíba (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p.169-189).

Enquanto indivíduos inseridos no seu tempo, os jesuítas não estiveram alheios as novas necessidades que surgiram na Idade Moderna e, portanto, tornaram-se sujeitos atuantes, principalmente, nas terras recém-conquistadas pela Coroa Portuguesa. A partir das missões e da institucionalização dos colégios combateram o protestantismo; difundiram a cultura cristã europeia e conquistaram novos fiéis e súditos para o rei contribuindo para o êxito da colonização brasileira. Dessa forma, cumpriram com o acordo anteriormente firmados entre a Igreja católica e o Estado português.

Por 210 anos os inicianos monopolizaram a educação no Brasil, sendo expulsos somente no ano de 1759, pelo então ministro português Marquês de Pombal que pretendia colocar a escola a serviço do Estado e não mais da fé. Uma nova era começava permeada por Revoluções (Francesa, Industrial, Científica), pelo movimento Iluminista, pela crise do Antigo Regime, dentre outros, os quais forçaram a monarquia portuguesa a estabelecer uma reforma no campo educacional que atendesse as novas demandas e garantisse a sua permanência no poder. Um novo projeto educacional, que visava à substituição do sistema escolar jesuítico, por um sistema de aulas e de professores régios, controlados pelo Estado vai perdurar no Brasil de 1759 até 1834 e em Portugal até 1860 como afirma a professora Tereza Fachada Levy Cardoso em sua tese.

REFERÊNCIAS

_____. **Colonização e Catequese: 1549-1600.** São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

ASSUNÇÃO. Paulo de. **Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BITTAR, M.; FERREIRA JÚNIOR, A. O estado da arte em história da educação colonial. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2005.

BRUST, Monique. Corpo Submisso, corpo produtivo: Os jesuítas e a doutrinação dos indígenas nos séculos XVI e XVII. **Revista Aulas**. n. 4, abril/julho de 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20II/4_19.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

CAMARGO, José. A contribuição dos cronistas coloniais e missionários para o conhecimento do território brasileiro. In: Mercator. **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 1, n. 2, 2002.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da Educação: Fundamentos, Raízes Históricas e Prática das Aulas Régias do Rio de Janeiro 1759-1834**. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2002.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. **Revista Politeia**. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/poiteia/article/viewFile/224/242>>. Acesso 05 jan, 2018

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

DEL PRIORE, Mary. Religião e religiosidade no Brasil colonial. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014.

FRANCA, S. J. Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas (O “RatioStudiorum”: Introdução e Tradução)**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Educação e Civilização na Colônia (1549-1759). In: **Jesuítas, portugueses e espanhóis no Sul do Brasil e Paraguai coloniais**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. 10. Reimpressão. São Paulo: Global Editora, 2017.

MENDONÇA, Ana Waleska. **Os primórdios da Educação Jesuítica no Brasil: Um Diálogo com as Primeiras Cartas.** Rio de Janeiro: Forma & ação, 2010.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; CORDEIRO, Sonia V. Aparecida Lima. Instituições Escolares do Brasil Colonial e Imperial. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/>. Acesso em: 05 jan. 2018.

PAIVA, J. M.; PUENTES, R. V. A proposta jesuítica de educação: Uma leitura das Constituições. **Comunicações.** Ano 7, n. 2, p. 101-118, nov. 2000.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs). **500 anos da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PAIVA, José Maria de. Igreja e Educação no Brasil Colonial. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Vol 1: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2011. p.77-92.

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1930.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento do. A Educação Jesuítica no Brasil Colônia. **Revista HISTEDBR On-Line.** V. 15, n. 61, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar.** n. 31, p.169-189, 2008. Curitiba: Editora UFPR.

SILVA, Márcia Regina da; BITTAR, Marisa; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Contribuição para o “estado da arte” das pesquisas em educação no período colonial. **Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB.** Campo Grande: UCDB, 2007.

TALDIVO, Patrícia da Silva. **A atuação da Companhia de Jesus no Brasil Colônia.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2014.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WREGGE, Rachel Silveira. O Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e suas Peculiaridades. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 31 de julho a 03 de agosto de 2012.

ZOTTI, Solange Aparecida. **A função social do ensino secundário no contexto de formação da sociedade capitalista**. Campinas, 2009.